

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº _____ DE 2007.
(Da Senhora Rebecca Garcia)

Solicita ao Senhor Ministro da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, Sr. Altemir Gregolin, informações referentes ao pagamento do Seguro-defeso aos pescadores do Estado do Amazonas.

Senhor Presidente:

Com fundamento no artigo 50, § 2º, da Constituição Federal e no artigo 115, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a V. Ex^a., que seja encaminhado ao Senhor Ministro da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, Sr. Altemir Gregolin, informações referentes ao pagamento do Seguro-defeso aos pescadores do Estado do Amazonas.

Justificação

Os pescadores de Manaus e municípios vizinhos começaram a receber a primeira parcela do seguro-defeso 2006-2007 no final de dezembro do ano passado, mas no interior do Estado, onde a Caixa Econômica Federal não possui agências, ainda há pescadores à procura do benefício referente ao exercício 2005-2006.

É o caso de 160 pescadores de Tabatinga (a 1.105 quilômetros de Manaus) que não conseguiram receber o dinheiro até hoje. Trinta e três pescadores de São Paulo de Olivença (a 988 quilômetros de Manaus) tiveram de vir à capital para receber R\$ 1.750, referente às cinco parcelas de R\$ 350, mas para isso tiveram de desembolsar R\$ 370 de passagem de barco, informa o diretor técnico da Federação de Pesca do Amazonas (Fepesca), Wilson Ribeiro.

No ano passado a Caixa Econômica autorizou o pagamento nas casas lotéricas, que cobrem todo o interior do Estado, para facilitar o acesso dos pescadores, devido ao grande volume de reclamações de atraso. Mas os problemas continuaram porque muitos pescadores não receberam o cartão do cidadão

(cartão eletrônico), outros não têm senha e há também casos em que o cartão é recusado pelo sistema das lotéricas.

No caso dos pescadores de Tabatinga, o dinheiro retornou à direção do banco e a Fepesca está fazendo um novo pedido ao Ministério do Trabalho. Esses desencontros geram acusações de ambas as partes. Por meio da Assessoria de Comunicação, a Caixa Econômica informa que a viagem que estava marcada, em dezembro, para Tabatinga, foi suspensa a pedido da própria Fepesca, que alegou que 80% dos pescadores daquele Município já haviam recebido o benefício.

A Caixa diz que desconhece que 160 pescadores ainda não tiveram acesso ao seguro. Os problemas do Alto Solimões serão solucionados com a inauguração de uma agência da Caixa em 2 de março próximo. Também para este ano (falta marcar a data) serão inauguradas agências bancárias nos municípios de Tefé e Coari, informa a assessoria.

Diante do exposto, requeiro ao Senhor Ministro da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, Altemir Gregolin, as seguintes informações:

1 – Houve ampliação com relação à fonte pagadora? Quais seriam os bancos que estão realizando esta operação em conjunto com Correios e Lotéricas?

2 – No Estado do Amazonas, quantos pescadores foram cadastrados? Houve aumento ou diminuição do número existente?

3 – O Ministério do Trabalho é a fonte pagadora através do FAT (Fundo de Amparo do Trabalho), a SEAP indica quais são os beneficiários, o IBAMA estabelece o período do defeso e a Caixa Econômica Federal paga aos beneficiários. Diante desta logística, existe um grupo na esfera federal para avaliar e monitorar o Programa de Seguro-defeso com objetivos, métodos e transparência?

4 – Como ficam os pescadores ribeirinhos que não são profissionais que tem outras atividades? As colônias podem indicar o Seguro-defeso ao pescador?

5 – Na Constituição brasileira os pescadores podem ser indicados através de Colônias, Sindicatos, Associações e individualmente. Qual a posição da SEAP com relação à nova determinação do Ministério do Trabalho estabelecendo que apenas as Colônias podem indicar o pescador a receber o Salário-defeso?

6 – Quais os critérios da SEAP para as mulheres pescadoras se tornarem profissionais? A esposa do pescador é parceira deste trabalho. Nos Estados da Bahia e Santa Catarina, por exemplo, as mulheres recebem o salário defeso. No Estado do Amazonas quantas mulheres são beneficiadas atualmente por este pagamento?

Sala das Sessões, em 26 de Fevereiro de 2008.

Deputada Rebecca Garcia
PP/AM